



Julian

DESPACHO

Assunto: Medidas excepcionais e temporárias de organização do trabalho nos serviços municipais.

1-Considerando que através da Resolução do Conselho de Ministros nº 70-A/2020, publicada na 1ª série do Diário da República, de 11 de setembro, o Conselho de Ministros resolveu, declarar, na sequência epidemiológica da COVID 19, entre outras medidas, a situação de contingência em todo o território nacional continental, prevendo no seu ponto 2 , a adoção , em todo o território nacional , de um conjunto de medidas de carácter excepcional , necessárias ao combate à COVID-19, incluindo as previstas no regime anexo à resolução, designadamente as atinentes ao teletrabalho e organização do trabalho, a que alude seu artigo 4.

2- De entre as medidas previstas , consagra-se a possibilidade de serem adotadas medidas de prevenção e mitigação dos riscos decorrentes da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente, a adoção de escalas de rotatividade de trabalhadores entre o regime de teletrabalho e o trabalho prestado no local de trabalho habitual, diárias ou semanais, de horários diferenciados de entrada e saída ou de horários diferenciados de pausas e refeições (nº 4 do artigo 4º da Resolução do Conselho de Ministros, nº 70-A/2020, de 11 de setembro), podendo para o efeito, o empregador alterar a organização do tempo de trabalho ao abrigo do respetivo poder de direção, conforme previsto no nº5 do artigo 4º da supra aludida Resolução do Conselho de Ministros).

3-A situação de contingência em todo o território nacional continental, que vigorava desde então, foi objeto de prorrogação através da Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2020, de 29 de setembro.



Autelan

3-A situação excecional que se vive no momento atual e a proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 exige por parte do Município de Valpaços, a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente, muito concretamente, medidas excecionais e temporárias de organização do trabalho nos serviços municipais.

4- Neste contexto, e ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea a) do nº2 do artigo 35º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro e pela alínea a) do nº2 do artigo 27º da Lei Geral do Trabalho Em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº35/2014, de 20 de junho, determino o seguinte:

a)**Para o pessoal em serviço interno** afeto às respetivas unidades orgânicas, a adoção de escalas de rotatividade semanais entre o regime de teletrabalho e o trabalho prestado no local habitual, com horários diferenciados de entrada e saída, nos seguintes termos:

-1ª escala

Horário: 8:30 h – 13: 00h (trabalho prestado no local habitual)

14:00h-16:30h (Trabalho prestado em regime de teletrabalho)

-2ª escala

Horário: 10:00h- 12:30h (trabalho prestado em regime de teletrabalho)

14:00 h- 18:30h (trabalho prestado no local habitual)

b)**Para o pessoal em serviço externo** afeto às respetivas unidades orgânicas, a adoção de escalas de rotatividade semanais no trabalho prestado no local habitual, nos seguintes termos:

1ª escala

Horário: 8:00h-13.00 h

2ª escala

Horário: 13:30 h-18:30h



c) No fim de cada escala serão desinfetadas todas as viaturas usadas pelos trabalhadores.

d) As instalações municipais serão desinfetadas à sexta-feira.

- O presente despacho produz efeitos a partir do dia 12 de outubro de 2020.

-Proceda-se à divulgação do presente despacho junto dos serviços municipais.

Valpaços, 6 de outubro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Amílcar Castro de Almeida